

**Ata da 81ª Reunião Ordinária da
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC realizada 29 de julho de
2014, 3ª feira, às 14:00 horas, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Sala
dos Conselhos, 2º andar, Brasília. DF**

Membros Participantes

1.	Beatriz Soares – Ministério da Fazenda
2.	Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
3.	Everton Lucero – Ministério das Relações Exteriores
4.	Fernando Araldi – Ministério das Cidades
5.	Gustavo Luedemann – Secretário Executivo da CIMGC
6.	Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente
7.	Márcio Rojas da Cruz – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
8.	Marco Antonio P.O. Silva – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
9.	Mônica Libório – Ministério dos Transportes

Outros participantes

1.	Andréa Nascimento de Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2.	Felipe Barbirato - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
3.	Flavia Frangetto – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
4.	Luis Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
5.	Jerônima Damasceno – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
6.	Larissa Schmidt - Ecoadvice
7.	Mário Henrique R. Mendes - Ministério do Meio Ambiente
8.	Ricardo Rocha P. Silva - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
9.	Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
10.	Suiá K. da Rocha - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

11.	Susanna Erica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
12.	Valdir Borges S. Júnior – Ministério de Minas e Energia

1. Abertura da Reunião

O Secretário Executivo da Comissão iniciou a 81ª reunião ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) às 14h25min. Considerando a presença de dois novos consultores, Larissa Schmidt e Felipe Barbirato, pediu que os presentes se apresentassem. Todos se apresentaram.

2. Aprovação da Ata da 80ª reunião ordinária da CIMGC.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário Executivo passou à aprovação da ata objeto de aprovação. A representante do Ministério da Fazenda (MF) pediu substituição de trechos seguintes, da forma transcrita a seguir. No item 4, 7ª linha, alterar a redação da seguinte forma:

de licença vencida. O MF levantou a discussão acerca ~~de do papel da CIMGC quanto ao desenvolvimento sustentável e~~ ponto relativo à análise financeira ~~e ponderou sobre o papel da CIMGC na avaliação da adicionalidade da atividade de projeto, tendo em vista o mandato da AND de comprovação de que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável do país.~~ O Secretário

No item 8, 10ª linha suprimir o trecho:

~~conjuntural. O Secretário Executivo respondeu que outras atividades de projetos não se restringiam ao setor energético, mas que estes eram maioria. A representante do MF ponderou que o papel da AND era distinto quando da análise do relatório de validação. O Secretário Executivo explicou a posição brasileira de atentar-se de maneira minuciosa a vários aspectos desse documento, uma vez~~

Ainda no item 8, a partir da 19ª linha, alterar para a seguinte redação:

manutenção da baixa qualidade dos Relatórios de Validação, por força das correções exigidas pela AND brasileira antes do projeto ser registrado. A representante do MF sugeriu que o texto do ofício enviado ao proponente de projeto informasse que o projeto entrou em revisão por erros e omissões da EOD, de modo que o proponente de projeto ficasse ciente de que o atraso na aprovação da atividade de projeto se deveu em grande parte à baixa qualidade do serviço prestado pela EOD. ~~informasse dado sobre esse processo.~~ O Secretário Executivo recordou que havia consultado o

E a partir da linha 29 do item 8, suprimir o trecho:

prática brasileira de, em sendo rígida, não perder sua excelência na análise dos projetos, caso viesse a mudar essa praxe. ~~A representante do MF pediu que na próxima reunião fossem trazidas contribuições para se definir a postura da CIMGC quanto a esse ponto de análise de desenvolvimento sustentável.~~ [SSS2] A representante do MMA falou da concordância em manter a

Nestes novos termos, a ata foi aprovada. Em seguida o Secretário Executivo passou ao próximo ponto de pauta, a apreciação dos projetos, convidando o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para expor os detalhes das avaliações dos projetos.

3. Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram resposta ao ofício em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC

Inicialmente, o Secretário justificou o motivo pelo qual a Secretaria Executiva não apresentou com antecedência os seus pareceres. Passou a palavra para o representante do MCTI emitir parecer sobre os projetos.

3.1. 461/2014 – Atividade de Projeto MDL Pequena Central Hidrelétrica Segredo - Recebido em 02/06/2014

A Comissão discutiu os motivos que levariam à atividade de projeto a ser aprovada com ressalvas ou ser mantida em revisão. A opinião do parecerista do MCTI foi que a CIMGC deliberasse sobre o projeto considerando pendência judicial questionadora da competência do órgão emissor da licença apresentada. Afirmou que, apesar das solicitações da anterior revisão terem sido atendidas, o fato de haver questionamento judicial, por parte do Ministério Público Federal quanto ao licenciamento ambiental, poderia prejudicar a aprovação da atividade do projeto. O Secretário Executivo pediu que os membros se manifestassem a respeito. A CIMGC debateu sobre a legalidade da licença. O representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) defendeu que a CIMGC deve se pautar pela legalidade no tocante à vigência da licença, que está autorizada e é válida. Sobre o fator do desenvolvimento sustentável, entendeu que se trata de assunto paralelo. Quanto ao que ateste o desenvolvimento sustentável, foi comentado que o mínimo seria que a contribuição ao desenvolvimento sustentável estivesse clara, que houvesse indício de que a atividade contribuiria para o desenvolvimento sustentável. A palavra voltou ao representante do MRE, que afirmou que o Ministério Público Federal tinha legitimidade para fazer questionamentos no âmbito de sua competência, ponderou que a palavra final era da Justiça Brasileira, observando que o caso ainda se apresentava com ausência de decisão judicial. Nessa linha de raciocínio, a representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) colocou-se favorável à aprovação da atividade de projeto. Foi levantada a possibilidade de haver, como uma espécie de ação futura, um adendo na carta de aprovação, para que o participante de projeto estivesse comprometido a manter a CIMGC informada acerca do processo, a fim de que, com a observação ao andamento das pendências judiciais, pudessem ser identificados eventuais desdobramentos. A esse respeito, ficou decidido que a equipe técnica do MCTI e do MMA se ocupariam de acompanhar o processo e, em havendo novidade, se ocupariam de trazer notícia à CIMGC.

3.2. 462/2014 - Atividade de Projeto MDL da Pequena Central Hidrelétrica Ilha Comprida - Recebido em 02/06/2014

O representante do MCTI comentou que a atividade de projeto Pequena Central Hidrelétrica Ilha Comprida se apresentava, igualmente a outro projeto, com questão de questionamento judicial, por parte do Ministério Público Federal, em relação à competência da licença ambiental. Por esse motivo, o representante do MCTI sugeriu que fosse colocado em revisão, sob o fundamento do princípio da prevenção ambiental e da dúvida de se o desenvolvimento sustentável estava configurado, ante o fato da licença apresentada poder ser tomada como não válida. O representante do Ministério de Minas e Energia (MME) comentou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorizou a operação comercial da usina. Tendo em mãos parte do despacho judicial, reforçou a informação que o Desembargador Souza Prudente suspendeu os efeitos da licença prévia e de instalação, e não a licença de operação, deixando claro que essa não foi cassada. A representante do MMA, baseando-se no precedente de considerar que a licença emitida estava

válida, enquanto a pendência judicial não fosse resolvida, opinou pela aprovação do projeto. Todos acompanharam e o projeto foi aprovado.

3.3. 463/2014 – Atividade de Projeto MDL da Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Müller de Godoy Pereira - Recebido em 16/06/2014

O representante do MCTI afirmou que as exigências foram parcialmente atendidas e opinou que a atividade de projeto fosse **aprovada com ressalva**, para a seguinte correção:

- Modificar a versão da ferramenta “cálculo do fator de emissão para um sistema elétrico” de 03.0 para 04.0 nas páginas 18 e 24 do Relatório de Validação.

A representante do MMA considerou que as exigências foram totalmente atendidas. Propôs discussão sobre desenvolvimento sustentável, em relação ao cumprimento do Anexo III, a fim de servir como elemento de discussão para eventual uniformidade de tratamento aos casos semelhantes. Concluiu por acompanhar o MCTI, votando pela ressalva. O representante do MME acompanhou o posicionamento do MCTI. Os demais membros acompanharam e o projeto foi mantido aprovado com ressalva.

3.4. 455/2013 – Projeto MDL das PCHs Poço Fundo e Providência (JUN1133), Brasil - (Of. 34/2014 de 03/06/2014, com resposta em 14/07/2014)

O representante do MCTI afirmou que as exigências referentes à sua pasta foram satisfatoriamente atendidas. A CIMGC discutiu e deliberou por consenso que a atividade de projeto **“Projeto MDL das PCHs Poço Fundo e Providência”**, fosse **aprovada**.

4. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão em 30 de maio de 2014

4.1. 464/2014 – Projeto MDL da PCH Nova Mutum (JUN1178), Brasil – Recebido em 07/04/2014

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) opinou que a atividade de projeto fosse colocada em revisão. A representante do MMA observou que a análise do Anexo III desse projeto foi mais detalhada, em nível de exigência, do que em relação a outros projetos. O representante do MCTI comentou que isso poderia ser decorrência dos níveis de detalhamentos trazidos pelo próprio proponente. O Secretário Executivo indagou se essas exigências ultrapassavam a competência da CIMGC e solicitou que o MCTI revisse alguns pontos de seu parecer, solicitando que uma nova versão fosse apresentada à CIMGC. O representante do MME manifestou-se pela aprovação, acompanhando o MMA. Após apresentação do parecer revisado, a Comissão deliberou por consenso, que a atividade de projeto denominada **“Projeto MDL da PCH Nova Mutum (JUN1178), Brasil”**, fosse **colocada em revisão** para proceder as seguintes correções e/ou esclarecimentos:

- 5.1 - No PDD, na seção B.6.4, as letras “A”, “B” e “C” aparecem na tabela apresentada para estimativa *ex-ante* de reduções de emissões;

- 5.2 - A Licença Ambiental de Instalação submetida com a documentação da atividade de projeto apresenta um número diferente (LI 63019/2013) daquele mencionado no DCP e PDD, com outra data de emissão (07/11/2013);
- 5.3 – A Licença Ambiental Prévia (LP 296934/2009) emitida pela SEMA em 26/01/2009, não foi submetida com a documentação da atividade de projeto;
- 5.4 - Não foi submetida a procuração com firma reconhecida em cartório para a empresa “Carbotrader Assessoria e Consultoria em Energia Eireli”, que ficará responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva;
- 5.5 - O Relatório de Validação e *Validation Report* mencionam a data de 11/09/2013 como confirmação de recebimento de carta-convite, porém esta data não foi encontrada nas evidências submetidas com a documentação da atividade de projeto;
- 5.6 – Não foi mencionado no Relatório de Validação e *Validation Report* o período (datas) em que o projeto foi submetido no site da UNFCCC para Consulta Global de Partes Interessadas.
- 5.7 - O Relatório de Validação e *Validation Report* não mencionam a(s) data(s) do “*site visit*”
- 5.8 – Informar a situação atual das pendências verificadas no *site* da SEMA-MT relativas ao processo nº: 547226/2007 – Ofício SEMA-MT nº 91349/CEE/SUIMIS/201
- 5.9 – Em relação ao Anexo III:
 - a) Contribuição para a sustentabilidade ambiental local
 - 1 – Baseando-se em estudos e dados publicados, descrever os impactos, positivos e negativos, da PCH Nova Mutum não focando apenas no tamanho do reservatório e na comparação com Usinas Hidrelétricas de maior porte, uma vez que estas podem ser menos impactantes do que aquelas.
 - d) Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico:
 - 1 – Esclarecer como ocorrerá o aumento da capacidade técnica local.
 - e) Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores
 - 1 – Esclarecer como a atividade do projeto aprofundará as relações federativas e o fomento do desenvolvimento regional nos âmbitos econômico, social e político.

4.2. 465/2014 – Projeto de Energia Eólica Sento Sé – Recebido em 23/05/2014

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) expôs os motivos pelos quais o MCTI entendeu que a atividade de projeto fosse colocada em revisão. A representante do MMA esclareceu que o parecer do MMA era pela aprovação, mas que acompanhava o MCTI encaminhando para a revisão. A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade de

projeto “**Projeto de Energia Eólica Sento Sé**”, fosse **colocada em revisão**, para atender às seguintes exigências:

- a. Revisar e corrigir os valores apresentados na Tabela 01 do DCP/PDD para fator de carga de cada usina;
- b. Revisar e corrigir a pontuação para separação de casas decimais ou de milhares de números apresentados na seção B.6.3. Cálculo *ex-ante* das reduções de emissões do DCP;
- c. Apresentar os detalhes (datas, números, etc.) das licenças de implantação e operação solicitadas e aprovadas no DCP/PDD;
- d. Revisar e corrigir os Ref. No. da tabela da seção 2.1 que apresenta a documentação revisada durante a validação, uma vez que apresentam divergências entre o Relatório de Validação e o *Validation Report*;
- e. Revisar e corrigir o valor da velocidade média do vento na usina de Sete Gameleiras apresentado na Tabela 02 do relatório de Validação e *Validation Report*;
- f. Revisar e corrigir as referências do *Validation Report* que apresentam o texto: “Erro! Fonte de referência não encontrada”;
- g. Apresentar em meio eletrônico e impresso, as cópias dos convites de comentários enviados aos atores interessados, envolvidos ou afetados pelas atividades de projetos, bem como seus respectivos avisos de recebimento. Na impossibilidade de comprovar a formalização do envio de convites a comentários, os proponentes deverão realizar reunião pública presencial, conforme estabelecido na Resolução nº 10 da CIMGC.
- h. Encaminhar documentos (contrato social) que comprovem a legitimidade do Sr. José Antêmio Alves Arruda para representar as empresas Pedra Branca S/A, São Pedro do Lago S/A e Sete Gameleiras S/A, observando que os mandatos da Diretoria dessas empresas foram encerrados em 26 de abril de 2014, segundo as atas de reuniões do Conselho Administrativo, realizadas em 26 de abril de 2012;
- i. Encaminhar as declarações de conformidade com a legislação ambiental e trabalhista, bem como a declaração que indica o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC assinadas pelo representante legal da empresa “Zeroemissions do Brasil Ltda.”, Sr. Luciano Paulino Junqueira.

4.3. 466/2014 - Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP)* - Recebido em 23/05/2014

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) expôs os motivos pelos quais o MCTI entendeu que a atividade de projeto fosse aprovada com ressalvas. A representante do MMA informou que motivos similares que levaram o MMA a também opinar pela aprovação com ressalvas. O representante do MME esclareceu que o parecer do MME era pela aprovação, mas que acompanhava os demais. A CIMGC discutiu e deliberou por consenso que a atividade de projeto “Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP)”, fosse **aprovada com ressalvas**, para atender às seguintes exigências]:

- 1) Compatibilizar as informações constantes do DCP e do Relatório de Validação, informando no Relatório de Validação, item 3.17, sobre a Licença de Funcionamento nº 2333/2012 que é a licença válida para o empreendimento.
- 2) A tabela na seção B.5 no DCP com os parâmetros principais utilizados na análise de investimento não está de acordo com a mesma tabela no PDD (i.e. o texto “Métodos de medição e procedimentos” aparece incorretamente na tabela no DCP, página 14).
- 3) “Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.” é mencionada no Contrato Social e CNPJ, mas tanto o PDD como o *Validation Report*, e suas respectivas traduções (DCP e Relatório de Validação), indicam o nome da empresa como sendo “Galheiros Geração de Energia S.A.”.
- 4) O título da atividade de projeto apresentado na capa do Relatório de Validação (“Pequena Central Hidrelétrica de Galheiros (GSHP) no Brasil”) não está correto.
- 5) A versão do Relatório de Validação está incorreta na capa da versão em português.
- 6) Algumas seções no Protocolo de Validação (Tabela 2) presentes no Relatório de Validação apresentam informações truncadas (omitidas) quando comparadas ao *Validation Report* (páginas 69, 70, 76, 83 e 84).
- 7) A numeração para seção “Resolução de questões pendentes” indicada como 2.1 no Relatório de Validação (p.14) não está correta (ver p. 11 do *Validation Report* : “**2.3 Resolution of outstanding issues**”).
- 8) A pontuação da casa decimal nas seguintes páginas do Relatório de Validação precisa ser corrigida: 23, 24, 26, 27, 28, 29.
- 9) Algumas seções do Relatório de Validação (p. 23, 24, 47, 51 e 81) e do *Validation Report* (20, 44, 50 e 78), fazem menção ao “VVM” quando o correto seria “VVS”.
- 10) O texto da coluna “Draft Conclusion” do *Validation Report* (páginas 35 a 62) foi omitido no Relatório de validação (coluna em branco em todas as páginas da Tabela 2: páginas 40 a 62). Para todos os CARs e CLs mencionados na Tabela 3 é necessário incluir sua referência correspondente na respectiva seção da Tabela 2 e preencher a coluna “Conclusão do Esboço”.
- 11) O link mencionado no Relatório de Validação e no *Validation Report* para acesso ao DCP (versão em português) e ao Anexo III (descrição da contribuição da atividade de projeto ao desenvolvimento sustentável) não está ativo. De acordo com a Resolução nº7 da CIMGC (inciso III, §5º, art. 3º), deve-se garantir que à página onde são disponibilizados esses documentos permaneça acessível até, no mínimo, o término do processo de registro da atividade de atividade de projeto no Conselho Executivo do MDL.
- 12) Suprimir ou esclarecer a informação apresentada no item C (abaixo transcrita), pois não há garantia de aumentar a disponibilidade de energia elétrica local com a operacionalização do projeto, considerando que a energia será descarregada no SIN.

*“Outro aspecto que contribui com a distribuição de renda pela implantação do projeto é a maior disponibilidade de energia elétrica, a qual **promove o aquecimento da economia local e da indústria nacional, que por sua vez está atrelado ao fornecimento de equipamentos e às obras civis realizadas.**”*

5. Informes da Secretaria Executiva

5.1. Carta ao Ministério Público

O Secretário Executivo reportou diligência realizada pela Secretaria Executiva ante a incumbência de se comunicar com o Ministério Público, em relação à necessidade de resolver a situação das respostas, ao convite para comentários, recebidas pelos proponentes de projeto durante a consulta local, serem de impossibilidade da entidade se manifestar sobre a atividade de projeto. Relatou a audiência com a representante do Ministério Público Federal (MPF) Dra. Sandra Cureau – Sub-procuradora Geral da República –, ele – Secretário Executivo –, a representante da Consultoria Jurídica (Conjur) do MCTI, Dra. Lídia Miranda e a consultora Flavia Frangetto. Informou que a Dra. Sandra Cureau demonstrou que o MPF estava aberto para informar ao MCTI sobre a existência de questões com repercussão sobre as atividades de projetos que estejam pleiteando carta de aprovação. Disse que, para isso, ficou acordado que a Secretaria Executiva da CIMGC enviasse ao MPF, a cada novo pedido de carta de aprovação, ofício solicitando informações. Esclareceu que no acordo ficou definido que a resposta por parte do MPF não seria demorada e poderia ser feita dentro de prazo que não comprometesse as análises pelos pareceristas técnicos. Observou que houve demonstração de interesse pelo assunto da possibilidade de Termos de Ajustamento de Conduta integrarem projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), incluindo alternativas de cancelamento voluntário de Reduções Certificadas de Emissões (RCE). E que também foi combinada a realização de seminário por meio do qual fossem transmitidos aos membros do MPF conhecimentos adicionais sobre o MDL no Brasil e a questão climática. Salientou que ainda não tinham sido identificados recursos para essa iniciativa, convidando todos a pensarem a respeito de eventuais fontes. Explicou que o MPF justificou a ausência de respostas aos proponentes de projetos com base no fato de terem sido demandas providas de particulares, o que seria diferente no caso da demanda advir da CIMGC. Nesse sentido, defendeu que as regras da CIMGC não mais obrigassem os proponentes de projetos a mandarem convite para comentários ao Ministério Público, vez que inócuo, mas que informação pertinente à situação ambiental, da localidade e atividade pretendida pelo proponente, ocorresse por meio da Secretaria Executiva. Em seguida às informações, o representante do Ministério do Planejamento recomendou que houvesse estabelecimento de prazo determinado para resposta do Ministério Público. A CIMGC discutiu sobre o fato de que a informação enviada pelo MPF não seria análise do projeto, mas averiguação de se haveria informação de inquérito ou processo, como se fossem certidões negativas de processos no âmbito dessa competência. O representante do MRE recomendou que o ofício deixasse claro no que a CIMGC gostaria que o MPF viesse a se manifestar, bem como que explicasse quais seriam os subsídios aos pareceristas na hipótese de a resposta não ter sido possível ou ter sido fornecida em tempo insuficiente para a elaboração dos pareceres.

5.2. Informe sobre o desenvolvimento da resolução principal

O Secretário Executivo informou que foi concluído o exercício de elaborar uma minuta de resolução sistematizadora (resolução principal – RP) por parte da consultoria contratada para a modernização

da CIMGC. Propôs aos membros a formação de um Grupo de Trabalho (GT) com a preocupação exclusiva de apreciar a minuta da RP, a qual disciplina, dentre outros, prazos, procedimento desde o protocolo, ciência sobre como o pedido precisaria ser encaminhado. Alternativamente, propôs reunião extraordinária. O representante do Ministério do Planejamento explicou que em um GT a presença de todos os membros seria dificultosa e que, como o assunto merecia o envolvimento durante toda a fase de elaboração, seria mais interessante Reunião Extraordinária. O Secretário Executivo esclareceu que a versão elaborada pela consultora ainda não havia sido aprovada pela Secretaria Executiva. O representante do MME sugeriu que o assunto fosse levado à próxima reunião ordinária e, se necessário, fosse agendada reunião extraordinária. O Secretário Executivo voltou a frisar que, em não tendo sido, ainda, ratificada pela Secretaria Executiva, fazia-se necessário verificar se o fluxo de projeto está sendo refletido no texto. O representante do MRE questionou a necessidade de haver um encontro dos membros supondo que o produto da consultoria ainda não estava concluído. A consultora explicou tratar-se de um subproduto já finalizado e em termos de sua proposição já merecedor de análise externa à sua. O Secretário Executivo sugeriu que, para os membros perceberem o objeto tratado, fosse exposto rapidamente o teor do documento. A consultora começou a distribuir a última versão elaborada e contou que chegou a preparar uma espécie de enquête ou questionário a partir do qual fossem colhidas as preferências de texto normativo por parte dos membros da CIMGC mas que, ao final, foi considerado mais eficiente ser apresentada uma versão que já internalizasse seus estudos quanto ao que recomendaria como texto normativo. O representante do MRE solicitou que a Secretaria Executiva elaborasse uma versão final, integrando alterações que entendesse pertinentes, a fim da apreciação pelos membros ser feita sobre uma nova redação. O Secretário Executivo mostrou preocupação quanto a restrições (*constraints*) que os termos de nova regulação pudessem implicar. Com isso, justificou a importância de que o momento em que uma versão final fosse decidida ocorresse no interstício entre as duas próximas reuniões ordinárias. O representante do MRE voltou a frisar que, se o produto era produzido a partir da consultoria seria o caso da Secretaria Executiva primeiro endossá-lo e que, independentemente da constância do contrato da consultoria ainda estar em curso, a minuta de resolução poderia ser avaliada, não havendo impeditivo que fosse considerado em sua ausência. O Secretário Executivo concordou que deveria haver uma versão avalizada pela Secretaria Executiva que fosse a apresentada pelos membros da CIMGC para apreciação e futura deliberação. Explicou que o processo exigia atenção uma vez que envolvia a transição de diversas resoluções ou em uma só, geral e principal, que seria atrelada a outra, detalhadora a partir da edição de um manual. Acertou que houvesse submissão aos membros de uma proposta inicial da Secretaria Executiva, mas pediu que sobre ele a CIMGC se debruçasse para, então, haver um texto da CIMGC. Agregou que, nesse contexto, não contar com a consultora da Resolução Principal e a consultora do Manual significaria grande prejuízo por não se aproveitar o conhecimento técnico das consultoras para efeito de elaboração da versão a ser levada à deliberação. Com base em uma versão que correspondesse ao crivo da própria Secretaria Executiva, o representante do Ministério das Cidades sugeriu que, ao invés de um GT, houvesse reunião extraordinária para tratar o assunto. O representante do Ministério do Planejamento manifestou-se de acordo com uma reunião extraordinária e que fosse disponibilizada versão já avaliada pela Secretaria Executiva. O representante do MME disse que seria importante um GT que trabalhasse para ser apresentada uma proposta acordada em conjunto para ser apresentada à CIMGC. E que essa fosse elaborada antes do fim do contrato das consultoras. A representante do MF demonstrou interesse em participar do de um GT assim. A CIMGC discutiu

a necessidade de um mandato específico para o GT, que viesse a considerar minuta pré-trabalhada pela Secretaria Executiva de maneira a deixá-lo com menos decisões a serem tomadas e com menos deliberação pela CIMGC e que, então, a partir de um texto com o mínimo de consenso pudesse ser avaliada sua capacidade de se constituir como nova norma que pudesse refletir a opinião dos membros da CIMGC. A representante do Ministério dos Transportes (MT) pediu que representante da Conjur concedesse apoio para que a redação da minuta final contivesse adequada formatação jurídica e forma de escrever. A consultora do Manual pediu a palavra e reforçou a importância da discussão dessa norma unificadora ser acompanhada pela representante da Conjur e que o mesmo ocorresse quando da discussão do texto do manual de apoio. O Secretário Executivo colocou em votação a primeira opção de um GT com intenção de trabalhar o texto antes da Secretaria Executiva apresentar uma versão final ou, como segunda opção, o agendamento de reunião extraordinária na qual o texto que viesse a ser proposto pela Secretaria Executiva fosse levado à deliberação da CIMGC. Opinou que, no seu entender, um GT funcionaria como facilitador para que o texto apresentado pudesse condizer com os anseios ou expectativas de outros participantes além da equipe da Secretaria Executiva e que, nesse sentido, seria melhor que trazer à mesa uma versão que fosse julgada sem alternativa. O representante do MRE asseverou que todos os membros teriam interesse em uma revisão cuidadosa. Afirmou que, impossibilitado de frequentar todas eventuais reuniões de um GT, não gostaria de ficar de fora de uma consideração cuidadosa desse documento. Alertou que não havendo todos os membros da CIMGC no GT, a versão por esse produzida não seria representativa da CIMGC. Recomendou que, posteriormente à apresentação de uma proposta concreta da Secretaria Executiva, caso houvesse uma divergência sobre um ponto específico, então fosse agendada reunião extraordinária. Afirmou que poderia conceder apoio informal à Secretaria Executiva de modo a evitar os efeitos da constituição de um GT sem clareza específica do trabalho e sem presença de todos. A consultora da Secretaria Executiva afirmou que melhorias se faziam necessárias e que para haver uma RP concluída seria importante, afora o apoio técnico, os membros da CIMGC deliberarem sobre proposições de textos entre colchetes. A CIMGC discutiu e decidiu por não haver GT e que todos tinham o desejo de antecipar as discussões por meio de uma Reunião Extraordinária, após ser apresentada formalmente e com antecedência uma proposta da Secretaria Executiva. O Secretário Executivo fez a proposta de encaminhamento de que um texto da Secretaria Executiva fosse enviado até o final da semana em curso e que fosse agendada uma reunião extraordinária com mandato de discussão e eventual deliberação sobre a RP. Todos aceitaram que essa reunião extraordinária acontecesse na 1ª semana de Setembro, sendo que a representante do MF, impossibilitada nesse período, discutiria anteriormente com a Secretaria Executiva e que eventualmente enviaria outro representante em seu lugar. Ficou acertado que se em uma reunião extraordinária não fosse deliberado tudo, que a agenda fosse retomada na reunião ordinária de outubro. Com relação ao prazo de envio de versão ratificada pela Secretaria Executiva, escolheu-se por lhe conceder 10 (dez) dias para encaminhamento de sua proposição. Ficou, então, acertado que seria, no período combinado (1º e 5 de setembro de 2014), agendada uma data para discutir e deliberar sobre a proposta, e que eventuais contribuições ao texto da Secretaria Executiva lhe fossem enviadas no prazo de 3 (três) ou 2 (dois) dias antes da reunião, para consolidação/compilação das sugestões, convocando-se a reunião extraordinária na qual ficaria definida qual a melhor redação para a edição da RP. A consultora da Resolução colocou-se à disposição para esclarecimentos e/ou para atender a cada membro em especial, em preparação à reunião extraordinária.

5.3. Apresentação “Implicações da análise das EODs no EB” pelo consultor Felipe Barbirato.

O Secretário Executivo passou a palavra ao consultor Felipe Barbirato, convidando-o a apresentar seu produto no qual foi feito levantamento que identificava a revisão, por parte do Conselho Executivo, dos fundamentos das decisões da CIMGC, bem como um estudo no qual mostrava a vinculação entre o trabalho empreendido pela CIMGC e a repercussão de seus esforços detalhistas sobre a avaliação da *performance* das EODs realizada pelo EB. O consultor explicou a metodologia adotada e apresentou suas conclusões, fazendo considerações enquanto apresentava. No tópico sobre a revisão realizada pela AND brasileira fez um paralelo entre a análise realizada pela AND brasileira e a natureza dos questionamentos feitos por parte do Conselho Executivo. Elucidou casos em que os questionamentos eram, ou não repetidos, revelando que na sua maioria os aspectos levantados pela CIMGC para as EODs não chegaram a ser avaliados pelo Conselho Executivo. Além disso, explicou como a avaliação feita pela UNFCCC acontecia, trazendo elementos como as fases de “*Completeness Check*” e “*Information and Reporting Check*”. Apresentou suas análises e conclusões do produto em questão, como também anunciou quais seriam os objetos dos produtos subsequentes. A apresentação do consultor segue anexa. Houve debate.

Não havendo outros assuntos, o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.